



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CECH – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DHI - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THALES SILVA CONDE

**PROFISSIONALIZAÇÃO DO SEXO? UMA ANÁLISE A RESPEITO DA
PROSTITUIÇÃO EM SERGIPE, FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE
UMA CLASSE TRABALHADORA DURANTE A DECÁDA DE 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico), sob a orientação do Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

São Cristóvão-SE

2024.1

RESUMO

A força de trabalho humana sempre foi motivo para discussões por diversos períodos da história e foram se intensificando com os surgimentos de novas necessidades da sociedade. Com isso a todo momento, novos trabalhos são criados a fim de saciar essas vontades. Com o advento da Revolução Industrial, o trabalhador passou de ser um mero objeto dos meios de produção e se tornou uma peça importante para a organização social. Porém ainda persiste, por mais que houvesse um avanço em relação às leis trabalhistas, as mesmas ainda se encontram de forma nebulosa e o trabalhador fica à mercê de uma política que não os favorecem. A prostituição, também considerada uma das “Primeiras profissões”, sofre com essas questões, muito pelo fato da maioria dos trabalhadores viverem na ilegalidade. Ao analisar a respeito da criação de uma associação Sergipana das Prostitutas (ASP), pode-se focar diretamente no assunto história do trabalho e fazer uma analogia com o processo de criação e regulamentação desta profissão e como a Associação defende os direitos das prostitutas de Sergipe. Com isso o objetivo deste artigo é juntar esses assuntos e poder falar sobre a configuração do trabalho e como os empregos considerados autônomos estão propícios a injustiças e uma regulamentação nebulosa e confusa.

Palavras-chaves: Associação. Prostitutas. Trabalho

Abstract

The human workforce has always been a topic of discussion throughout various periods of history, intensifying with the emergence of new societal needs. Consequently, new jobs are continually created to satisfy these demands. With the advent of the Industrial Revolution, workers transitioned from being mere objects of production means to becoming essential components of social organization. However, despite advancements in labor laws, these remain unclear, leaving workers at the mercy of policies that do not favor them. Prostitution, often considered one of the "oldest professions," also faces these issues, primarily because many workers live in illegality. By analyzing the establishment of the Sergipe Association of Prostitutes (ASP), we can focus directly on the history of work and draw an analogy with the creation and regulation of this profession, as well as how the Association advocates for the rights of prostitutes in Sergipe. Therefore, the aim of this article is to connect these topics and discuss the configuration of work and how jobs deemed autonomous are prone to injustices and ambiguous, confusing regulations.

Keywords: Association. Prostitutes. Work.

1. Apresentação

A prostituição e o trabalho são dois temas que acompanharam a história da humanidade, ao mesmo tempo que houve descobertas a respeito do uso da força de trabalho, os prazeres humanos também floresceram entre as trocas humanas. Porém, a utilização do sexo como meio de trabalho sempre foi foco de debate e para medir os costumes de uma sociedade até a contemporaneidade. Não sendo diferente na cidade de Aracaju, recorte espacial deste artigo. A prostituição na cidade, por um determinado período, ditava a movimentação das noites da capital sergipana. Mesmo observando o âmbito cultural, a necessidade de apresentar um caminho de organização trabalhista é o foco deste artigo, pois mesmo servindo para saciar os prazeres humanos, a prostituição é uma forma de trabalho complexa de prestação de serviço. Além disso mostrar como ocorre uma busca por regulamentação, legalidade e organização trabalhistas partido pela Associação Sergipana Das Prostitutas (ASP), durante o século XX.

A cidade de Aracaju foi utilizada como cenário para um dos clássicos de Jorge Amado, *Tereza Batista Cansada de Guerra* (1972), na qual o autor apresenta aos leitores o famoso Beco dos Cocos, “(...) *não é apenas um espaço físico, mas um verdadeiro caldeirão cultural. Ali, a presença de diferentes classes sociais se entrelaça, e cada um contribui para a vibrante tapeçaria da vida local.*” (1972, p.211). Este lugar alimentava as trocas culturais da boemia aracajuana, também era o endereço de muitas casas de prostituição da cidade, não atoa este lugar foi retratado em diversas oportunidades pelo autor.

Retratações sobre a prostituição no centro da cidade é, majoritariamente, uma visão cultural e social, na qual ela se torna um elemento das “cores vibrantes” que mantinham as noites vivas na cidade. Uma outra visão a respeito deste assunto é pouco discutida na historiografia sergipana.

Antecipadamente, é preciso falar sobre o interesse neste assunto, surgido a princípio da curiosidade de como uma Associação, de um movimento tão suprimido pela sociedade, conseguiu contribuir de forma ativa em diversas frentes e discussões durante o século XX, como a luta contra a disseminação das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), e trabalhos sociais com pessoas em estado de vulnerabilidade social e nas escolas com diversos programas de conscientização contra as drogas e evasão escolar. Em adicional, apresenta um cuidado tão grande com a história, arquivando todos os seus documentos e salvaguardando

seus acontecimentos, que, por mais que ainda não disponíveis ao público, se torna difícil de ser esquecido.

Outro fator é a historiografia presente que ao falar sobre a prostituição, não atribui a mesma a profissão, partindo de uma visão social. Apresentar a prostituição, principalmente como relações do trabalho é trazer as questões sociais e culturais que impediram o surgimento de um local para realização dos serviços de maneira segura, ou seja, uma legislação que possa legitimar as prostitutas.

Como principal contribuição deste trabalho, como dito antes, deixo uma nova observação a respeito da prostituição em Sergipe, além de ampliar a presença da Associação Sergipana das Prostitutas na historiografia. Assim mostrando a importância de temas como esses estarem sempre em evidência na sociedade e que as defesas do trabalhador seja pauta de todos, pois, estamos vivendo em um mundo em que a prestação de serviço se torna mais viva e um retrocesso em questão as leis trabalhistas, favorecendo cada vez mais o empregador do que o empregado, observar essas nebulosidades no trabalho da noite é também perceber as questões dos trabalhos ditos como do cotidiano da maioria da sociedade.

O principal referencial teórico é o pensamento do surgimento de uma classe trabalhadora de Edward Thompson argumentando que a classe não é uma categoria estática ou definida apenas por sua posição econômica. Em vez disso, ela é formada por meio de experiências compartilhadas, lutas e resistências ao longo do tempo. Para ele, a classe operária inglesa foi se formando ao interagir com as condições impostas pela Revolução Industrial, mas também através da organização e da resistência dos próprios trabalhadores.

Thompson introduz o conceito de "experiência de classe" para destacar que a formação de uma classe operária depende da maneira como os indivíduos vivenciam e compreendem sua posição social. Através de suas experiências de exploração, repressão e resistência, os trabalhadores começam a desenvolver uma *consciência de classe*, percebendo interesses comuns e lutando coletivamente por mudanças. Trazendo aos moldes deste artigo, a formação da Associação vem a partir da necessidade de luta e resistência aos possíveis silenciamentos da sociedade.

Sobre a bibliografia trabalhada, A principal referência a se tratar da prostituição em Aracaju, vem do livro escrito por Murillo Mellins “*Aracaju Romântica que vi e vivi*” (2007), um livro de memórias de um memorialista que relatou suas experiências como assíduo frequentador das noites tendo sua memória respeitada e resguardada, havendo a separação da

história e da memória. Para elevar o contexto da prostituição no Brasil, Margareth Rago em seu livro “*Prazeres da noite*” (1991). A fim de legitimar a teoria de Thompson no Brasil. Unindo toda a bibliografia, conseguimos observar o andamento de um surgimento e fortalecimento de uma classe das prostitutas em Sergipe.

O discurrir do texto é separado em partes, onde a primeira apresenta a história e a historiografia do trabalho no Brasil, servindo de explicação para a segunda, que apresentará a história das condições de trabalho da prostituição no Brasil, seguindo pela legislação que foram surgindo do tema no Brasil. Por fim, a análise de fontes, ao qual mostrará as principais questões levantadas pelas prostitutas e também a atuação da ASP no Estado.

A conexão entre Historiografia, História Oral, Cultural, da Literatura e Memória, poderão explicar a importância de uma formação de uma classe trabalhadora, uma construção de memória e cultural, e como ela é feita de forma orgânica a partir da urgência de representatividade de um grupo. Buscando a Profissionalização do Sexo.

Por fim, este artigo também busca fazer um paralelo com as legislações e regulamentações das demais profissões, não surge de forma orgânica, como a sociedade capitalista opta pela não legalidade de ocupações, dificultando o crescimento de parcela de pessoas. Esses problemas não surgem de forma institucional, vem de uma questão de “moralidade” social, de forma que o exterior afeta o interior fazendo com que o indivíduo como trabalhador, não sinta motivações ou significado para uma elevação social, pois suas práticas são menosprezadas por todos. Visões como são mais comuns no nosso cotidiano são mais comuns comparado aos casos evidenciados na história.

2. As Origens da prostituição no Mundo

Precedendo a nossa discussão, é preciso apresentar uma contextualização sobre o surgimento de uma nova profissão, Lujo Bassermann traz como ponto de partida a sociedade grega e como na Grécia antiga a prostituição era algo que se fazia presente no seu cotidiano. O culto à deusa Vênus e a devoção ao prazer, poderia ser um dos motivos em que haja a necessidade da utilização dos serviços. Além disso, o medo da pederastia era uma das pautas levantadas para que a prostituição existisse, ao ponto que segundo o autor que diz: “*Parece ter sido Sólon, filósofo e legislador, quem prescreveu aos atenienses o bordel como remédio contra o homossexualismo, sendo de presumir que jamais um remédio tenha sido ingerido com tamanho entusiasmo.*” (Bassermann, 196, p.10). A satisfação em cumprir com o que foi

prescrito, mudaram também a visão de como os Atenienses observavam as mulheres como somente um convite ao prazer, inibindo a possibilidade de haver trocas humanas além sexo, as mulheres passaram a ser mais um objeto de resultados obtidos pelos homens, então iniciando uma profissão com as dificuldades que são traçadas até a atualidade, porém com motivações diferentes.

A problemática das prostitutas Gregas, vinham da necessidade dos homens de fazerem sexo, não importando por quais meios seriam, os guerreiros que lutavam bravamente nos campos de batalhas careciam momentos de prazer, caso não existissem mulheres, as relações homoafetivas poderiam se tornar mais comuns entre gregos, por isso a urgência estimulantes para criação dos bordéis e aumento prostituição, em resumo a prostituição grega surgiu a partir da luta contra a pederastia, prostitutas foram colocadas no fronte para como arma, inviabilizando uma naturalização da profissão.

Solón usava do meio estatal para organizar a prostituição em Atenas, obviamente não estava preocupado com a profissão, mas com a organização dos bordéis e facilidade de comercialização das moças, o culto aos deuses ficou de lado focando somente no lucro que poderia ocorrer, as mulheres não eram mais educadas a religião, o culto não existia mais, e a prostituição se tornava menos humana, o objetivo final seria o prazer masculino, os números de bordéis não paravam de crescer. Mesmo com as dificuldades apresentadas, Bassermann afirma a existência de uma organização do trabalho das prostitutas atenienses, dividindo-se em três grupos, as ocupantes dos bordéis, as dicteríades, as tocadoras de flautas e dançarinas, as aulétrides e as hetairas. Cada uma delas com sua designação, as primeiras eram as escravas e as outras duas faziam seu trabalho de forma remunerada, esta formação tinha por finalidade deleitar as noites da pólis gregas, com festas e eventos de valorização ao prazer, as mulheres tinham acesso a diferentes camadas sociais se tornando peça chave na formação da civilização grega.

Para falar a respeito do contexto do trabalho Edward Thompson, em "A Formação da Classe Operária Inglesa", analisa a criação de novas profissões no contexto da Revolução Industrial, destacando como essa transformação moldou a sociedade. Ele observa que o surgimento de novas ocupações, especialmente, resulta em uma maior especialização e divisão do trabalho. Essas mudanças não apenas alteraram as condições de trabalho, mas também impactaram as dinâmicas sociais. Thompson argumenta que essas novas profissões contribuíram para o surgimento de uma nova estrutura social, onde as relações de trabalho e as identidades profissionais começaram a se redefinir. Ele enfatiza a importância das

experiências compartilhadas no ambiente de trabalho e como isso influenciou a formação de redes sociais e a construção de novas identidades.

Além disso, o autor observa que as novas profissões frequentemente se relacionam com demandas por melhores condições de trabalho e reconhecimento, impulsionando o desenvolvimento de movimentos sociais e culturais. A questão da prostituição na Grécia Antiga surge a partir de uma necessidade da sociedade de suprir suas vontades, porém essa relação entre prazer e Grécia Antiga, molda uma cultura local que passava a ser baseada no prazer. Dando início a uma organização de um grupo de prostitutas que se diferenciam entre si baseada nas ideologias e localização na estrutura social. A profissionalização da prostituição surge na Grécia e com o passar dos séculos e mudanças na sociedade, os desejos desta classe trabalhadora mudam e sua complexidade estrutural evolui, por outro lado o silenciamento ainda é mantido, dificultando a formação de fato desta classe.

3. história da prostituição em Sergipe

Podemos entender o funcionamento da prostituição analisando os textos do escritor Murillo Melins. “*Aracaju Romântica que vi e vivi e Aracaju - Reminiscências e Devaneios*”, são livros que lembram o interior das memórias do autor em respeito a momentos vividos por ele na cidade de Aracaju. O uso de obras memorialistas na história é vista como polêmica e há uma linha tênue entre a realidade e o imaginário. Porém cabe ao historiador filtrar com ajuda das análises de fontes o que pode ser interessante para o andamento dos seus estudos, movimento que farei ao decorrer do texto, focando na situação do trabalho das profissionais ao olhar de Murillo Melins.

Primeiro tópico a se levantar, pode parecer óbvio, mas é definitivo para o desenrolar das ideias, o autor tem um olhar indireto sobre a problemática, já que o mesmo é um observador a respeito do assunto, não viveu diretamente as questões que as profissionais do sexo, mais um motivo pelo qual sua visão é mais romantizada sobre a prostituição em Sergipe e mais precisamente no Centro da capital.

O autor começa o capítulo localizando os pontos de prostituição de mais destaque na cidade, na qual ele as identifica como “Casa das Mulheres de Vida Livre”. Essas pensões ficavam no famoso Morro do Bonfim, por ser um morro, dificultava o crescimento da capital, décadas depois foi desmanchado para que a cidade pudesse expandir. As pensões da Odete Brasil, Gloria Bagaço, Dona Pílula e a Casa da Branca, eram os pontos que o autor mais

rememora. Como o espaço físico deixou de existir, não foi possível encontrar, esses pontos continuaram seus trabalhos com o mesmo nome após duas décadas.

A primeira problemática apresentada pelo autor sobre as condições de trabalhos das meretrizes era a respeito de locais de trabalhos adequados para exercer suas funções, já que essas pensões ficavam em meio a moradias de famílias comuns, que não suportavam que suas casas fossem confundidas e homens bêbados invadissem-nas no meio da madrugada. Para tentar reverter essa situação, se viam obrigados a colocarem placas em suas portas com frases como “Aqui mora uma família”.

Os problemas sociais eram nítidos em relação aos locais dos prostíbulos em Aracaju por muito tempo, já que os locais geralmente dividiram espaços com famílias em situações de vulnerabilidade social, e compartilhar espaços também era um problema voltados para a dignidade pois, as pessoas que viviam ali eram mal vistas pelas outras da sociedade, sendo taxadas como parte do problema marginalizando-as, sendo um agente catalisador para a aceleração da desigualdade social na cidade.

O autor apresenta o Vaticano, que está localizado no centro da cidade, um lugar que tem esse nome pelo tamanho de sua edificação. Neste lugar Melins diz que o lugar era movimentado pelo comércio e pela vida noturna, e como os prostíbulos aumentavam os lucros desses comércios, em virtude do fluxo de pessoas que passavam por lá durante o dia e a noite. Por mais que essa parceria fosse vantajosa, a ilegalidade também pairava por lá. Casas de aposta e de jogos de Azar uniam protagonismo com a prostituição, segundo o autor, os “frequentadores dos jogos iam até as casas de prostituição para comemorar ou se recompor após suas partidas”, ao tempo que ao associar as jogatinas às casas de prostituição, com o tempo transforma-as em uma prática ilegal.

Para falar sobre as mulheres, Melins conta que *“As mulheres, maquiadas exageradamente, de um certo modo para esconder as olheiras bem pronunciadas a rodear-lhes os olhos cansados pelas noites mal dormidas, chamavam a atenção dos transeuntes: rostos com, camadas de pó de arroz lady, lábios carmim...”* (p.162) mostra a dicotomia entre a vida comum do dia e a vida noturna que passavam, pois o mesmo evidencia que as mulheres da noite, durante o dia frequentavam lojas do centro e assistiam as matinês do Cine Rio Branco, levando uma vida de “damas discretas”. Essa vida dupla entre os perigos da noite e a mordomia do dia serve como identidade das profissionais do sexo na visão de Melins, fazem um esforço praticamente incansável para manterem as aparências.

E quando a boa aparência não consegue ser mantida, o caminho leva diretamente para o Curral. O autor descreve a localidade como “O Último degrau em ordem decrescente do vício e da perdição.”, por causa de seus moradores serem pessoas em extrema pobreza e mulheres que, durante os seus anos de serviços, contraíram infecções sexualmente transmissíveis e assim não são mais úteis para continuarem em seu ofício, além de ser lugares para viciados em drogas. O Curral descrito por Melins é a prova da falta de cuidado e legislação que as Prostitutas tinham durante o período descrito por ele. A partir do momento que os serviços não podem ser prestados, as mulheres são depositadas neste lugar sem nenhuma humanização da trabalhadora ou qualquer direito de cuidado de doenças ou auxílio, algo comum de todo trabalhador legalizado pelo governo.

Algumas das histórias contadas por Murillo Melins apresentam a insalubridade em que as profissionais estavam colocadas e o quanto a falta de uma regulamentação pode ser maléfica para o funcionamento de um trabalho. Situações essas que a ASP lutou para serem revertidas, na medida em que a associação crescia, as mulheres foram descobrindo seus direitos e sabendo dos seus limites, porém mesmo assim ainda eram relutantes por uma regulamentação de seus empregos. Com isso cabia a ASP com seus trabalhos sociais realizar de certa forma uma fiscalização dos trabalhos dessas mulheres.

No tocante à busca de uma legislação da profissão, Margareth Rago apresenta uma repressão institucionalizada à profissão, no momento que as leis impostas pelo governo desumanizam a figura das prostitutas e as transformam em meras ferramentas para “*Canalizar os resíduos seminais masculinos como lixos e excrementos nos esgotos*”. (1991, p.172)

Esta visão de que a prostituição é um “mal necessário”, para acalmar o homem e tirá-lo do seu modo mais animal, então recorrer a esses serviços, seria o mesmo que liberar o seu lado mais “selvagem” que não seria aceito pela sociedade. Este momento era oportuno para que o homem fosse quem ele quisesse, não trazendo nenhuma segurança para a prestadora de serviço, exposta a qualquer tipo de situação. Mesmo sabendo disso o propósito a criação de um código de leis viria para suprimir a explanação deste acontecimento, porém não houve nenhum foco para como esse trabalho era feito, ou seja, a melhor opção seria esconder o que acontecia do que regularizar e fiscalizar. As regras apresentadas vão desde a utilização de cortinas duplas e persianas, não “provocar” os transeuntes, até proibir que as janelas das casas das colaboradoras fechem pela parte da manhã. Em resumo as regras que seriam para a parte das prostitutas seriam para que elas evitassem mostrar com o que elas trabalhavam, assim

mantendo os bons costumes. Essas regras também vigoravam aqui em Sergipe, como podemos observar nos relatos de Murillo Melins, ao mostrar a vida dupla, de noites em claro com obrigação de participação em eventos diurnos. Para manter as damas o mais discretas possível, Rago comenta que a polícia reprimiu ao máximo qualquer ação delas, *“A violência empregada contra as mulheres para implementar estas medidas havia chegado ao limite da barbárie”* (1991, p.180), diz recorte de jornal “A Plateia 1896” apresentado por Rago, comprovando a ideia de que a regulamentação serviu como forma de contenção não de segurança as trabalhadoras

Quando há alguma discussão sobre esse assunto, dificilmente é levado para a questão do trabalho, pois, mesmo sendo entretenimento, é uma prestação de serviço, existem regras para o bom funcionamento dela. Como a descrição do trabalho; os direitos e deveres do prestador e de quem pede o serviço; um detalhamento do que deverá acontecer; um prazo de entrega. O que não é apontado são as providências em caso de descumprimento de regras ou rescisão, antes disso, a quem recorrer caso haja um descumprimento de contrato. Os perigos da noite ao qual não há a defesa da prestadora nem a defesa do consumidor.

4. Leis Sobre a Prostituição.

Ao fazer um levantamento na legislação quando o assunto é prostituição no Brasil, há um debate controverso entre uma ideia de regulamentação, legalidade, criminalização e direitos humanos. Durante a primeira década do século XX não havia uma legislação específica a respeito do tema, porém um código de leis gerais a respeito da moralidade e ordem pública, ou seja, a regra que pairava a respeito da prostituição era voltada para a questão de vivência e manutenção dos bons costumes. Somente no ano de 1917, veio a surgir leis a respeito do assunto.

A Lei nº 1.233, de 1917 é uma das primeiras tentativas de regulamentar a prostituição no Brasil. Esta lei estabeleceu um sistema de controle e regulamentação das casas de prostituição as famosas "casas de tolerância" no país. A lei buscava estabelecer regras para a operação das casas de prostituição, podendo incluir a necessidade de autorização do governo para seu funcionamento. Também tinha foco estabelecer um controle sanitário, para que as mulheres que trabalhavam nesses estabelecimentos fossem submetidas a exames médicos periódicos para o controle de doenças. Dentre as outras regras, o foco era estabelecer uma

regulamentação e fiscalização dos prostíbulos, não existia nada relacionado ao funcionamento da profissão.

A prostituição continuou sem receber uma abordagem legal específica, mas a Lei de Contravenções Penais Lei nº 6.416 de 1977, embora criada na década de 1970, refletia a legislação anterior continuou a penalizar a exploração sexual e a manutenção de casas de prostituição. A lei previa penalidades para aqueles que mantivessem, explorassem ou de alguma forma se beneficiassem da exploração sexual de terceiros. Isso incluía a exploração de prostitutas em estabelecimentos comerciais, aumentando a fiscalização sobre as casas de prostituição. Durante a década de 1980, houve algumas propostas de reforma, mas a prostituição continuava a ser tratada de maneira repressiva. O debate sobre a legalização e regulamentação da prostituição começou a ganhar espaços de discussão nesta década, especialmente com a crescente movimentação dos direitos humanos e direitos das mulheres. A Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos, passou a incluir alguns aspectos relacionados à prostituição, como tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, mas não abordou diretamente a regulamentação da prostituição.

Ao longo do período abordado, não teve uma legislação abrangente sobre a regulamentação da profissão. O tratamento foi predominantemente repressivo, com foco na criminalização da exploração sexual e na manutenção da ordem pública. A prostituição era tratada principalmente através de leis gerais e contravenções penais, e o debate sobre os direitos das trabalhadoras do sexo passava principalmente pela questão moral, não observando a questão do trabalho.

5. A formação de uma classe trabalhadora

A principal razão para a produção deste artigo foi causada por uma simples notícia publicada pelo Jornal da Cidade em uma terça-feira do dia dezesseis de maio de mil novecentos e noventa e três que a sua manchete diz: “Prostitutas querem Legalidade”, a matéria, por mais normal que seja, apresenta um conjunto de argumentações que, para os quesitos da época, mudaria a forma de se observar a profissão. Falar sobre uma legalidade, é tocar em pontos que poderiam chegar aos direitos de um trabalhador normal como férias, horário fixo de trabalho e até mesmo previdência, coisas que antes não eram oferecidas a essas mulheres, e ao mesmo tempo, os pagamentos de impostos e assinatura de carteira, se tornaram motivos de divisão da sociedade, pois movimentos a favor e contrários surgiram ao

ponto que a discussão aumentava. As trabalhadoras que requerem muita pressão para se manter bem por causa de longas jornadas de trabalho e exploração de clientes e donos de bordéis, poderiam gozar de uma legislação própria que defendem seus interesses, diferentes das apresentadas por Rago.

O argumento trazido por essas mulheres é que as mesmas não deixam de “trabalhar duro”. Mesmo com a vivência neste ambiente. Muitas mulheres, por causa da pressão social, se sentem menosprezadas por conta de sua ocupação. O famoso termo “vida fácil” utilizado por muitos, causavam esses desconfortos por elas, explicando o porquê não houve um posicionamento anteriormente, a vergonha pode ser considerada uma forma de pressão social, a não aceitação de seu estado atual interferem no fortalecimento de um grupo que aceita a opressão e permanecem na mesma situação sem perspectiva de saída.

Uma das opiniões trazidas pelo jornal diz “(...) *acredita que as prostitutas de Sergipe deverão se unir em prol da legalização da profissão. 'Concordo com a legalização, pois esta é uma profissão, e não um prazer ou lazer. Eu me importo muito, aqui é meu trabalho, lá fora sou uma dama da sociedade.'*”. A questão não é a não profissionalização das prostitutas, porém a cegueira social perante elas, visto que muitas opiniões as discriminam, por isso é nítido os relatos de autoafirmação das mulheres que se sentem na obrigação de dizer que é um trabalho como qualquer outro, tomando como propósito a legalidade da profissão com a finalidade de uma possível aceitação pública.

No ponto de vista psicológico, as mulheres em um geral sentem essa dificuldade de autoafirmação evitando sua própria independência, sentindo-se inseguras para viver de forma autônoma e plena. Colette Dowling com seu Livro “Complexo de Cinderela” levanta esse questionamento acerca das posições da mulher na sociedade. Dowling descreve como, ao longo da infância e adolescência, as meninas são moldadas para se verem como frágeis, dependentes e menos competentes em comparação aos homens. A autora aponta que, em grande parte, isso resulta de uma educação baseada em estereótipos de gênero, onde meninas são elogiadas por serem “boas” e “obedientes”, enquanto os meninos são incentivados a serem assertivos e independentes. A sociedade promove a ideia de que o papel feminino é esperar ser resgatado e cuidar do lar, enquanto o masculino é de protetor e provedor.

Dowling destaca que, desde cedo, as mulheres são socializadas para se verem como frágeis, menos competentes e, por isso, dependentes dos homens para garantir sua segurança e sucesso. Esse condicionamento cria uma profunda sensação de insegurança em muitas

mulheres, que se manifesta em medos como o de falhar, de serem julgadas, de não corresponderem às expectativas ou de serem rejeitadas pela sociedade.

Esses sentimentos de inadequação são reforçados por mensagens culturais e sociais que exaltam o papel feminino como sendo principalmente o de cuidadora e apoiadora, relegando sua individualidade e autonomia a um segundo plano. Como resultado, muitas mulheres desenvolvem uma autocensura em relação às suas ambições e capacidades, acreditando que não são tão competentes quanto os homens para lidar com o mundo exterior, especialmente em áreas como carreira, finanças e liderança.

No âmbito profissional, o impacto do Complexo de Cinderela é prejudicial. Dowling destaca como muitas mulheres, mesmo sendo talentosas e qualificadas, sofrem de algo que mais tarde seria chamado de "síndrome do impostor". Elas se sentem como se não fossem merecedoras de suas conquistas e vivem com o medo constante de serem "desmascaradas" como fraudulentas, como se estivessem ocupando um espaço que não lhes pertence por mérito próprio.

Esse medo de não corresponder às expectativas, combinado com a insegurança enraizada, impede muitas mulheres de assumirem posições de liderança ou de lutarem por melhores condições de trabalho e reconhecimento. Dowling observa que, frequentemente, as mulheres optam por evitar cargos de maior responsabilidade ou desafios profissionais que poderiam trazer-lhes sucesso, porque temem não estar à altura das demandas desses papéis. Em vez de se arriscarem, elas podem se contentar com posições que não refletem todo o seu potencial.

Além disso, a dependência emocional e financeira dos homens pode fazer com que as mulheres priorizem relacionamentos ou a vida familiar sobre suas carreiras, levando a desigualdades de gênero no local de trabalho. Elas podem se sentir pressionadas a reduzir sua carga de trabalho ou aceitar posições menos desafiadoras para conciliar as expectativas de esposa e mãe, enquanto os homens são incentivados a seguir carreiras mais agressivas.

Esta teoria casa com a realidade declaradas anteriormente, muitas dessas mulheres possuem uma autoestima baixa por conta desse sentimento de não suficiência para suprir os padrões da sociedade, como o sua vida pessoal não é aceita baseada nos preceitos comuns, isto interfere em sua vida profissional, acarretando em problemas ainda maiores.

Por outro lado, o pretexto da sociedade que argumenta Dowling mostra uma indignação e recusa da ideia de que isso seria um trabalho, como dito antes. A opinião mais

contundente diz que “É o fim do mundo. Uma doméstica se não contribuir com INSS não poderá se aposentar. Mas uma prostituta quer esse direito. Porque ao invés de se prostituir, não procuram um emprego digno?”, até mesmo a opinião da igreja foi contra, afirmando que não é um trabalho feito com dignidade.

Os relatos das mulheres que são a favor a essa legalização, é nítido que anterior a essa vontade de legalizar a profissão, elas lutaram para sair dessa vida, mas como ditas por elas “a fome falou mais alto”, além do fato de não terem as técnicas possíveis para arrumar outro tipo de ocupação, como o não acesso à educação, sendo e sua maioria analfabetas, tornam mais difíceis a busca por outros empregos considerados “legais” para a população

Ainda há a parte relutante a essa legalidade, como apresentado pelo mesmo jornal, porém no ano de mil novecentos e noventa e sete, quando em uma notícia intitulada de “Prostituta não quer carteira assinada” é apresentada uma versão de uma profissional contrária a tal ação, pois não querem ser taxadas como prostitutas, “Quem disse que vou continuar nessa vida de cão por muitos anos?” afirma uma das mulheres ao recusar querer sua carteira assinada com esse trabalho.

Uma das alternativas a garantia dos benefícios para as mulheres contrárias foi a de pagar sua própria consulta médica e até mesmo sua previdência e fazer seu “pé de meia” para sair desta vida. Ao invés de leis trabalhistas essas trabalhadoras pedem que houvesse educação e profissionalização disponível para elas para que assim elas pudessem sair dessa vida, com um outro emprego garantido, as profissionais poderiam sair dessa vida “maldita”. Mostrando que o foco sempre foi uma saída dessa profissão, não uma forma de exercer a mesma de uma forma mais segura.

Outra questão que levou a indignação, foi a “obrigação” de realização de exames periódicos para evitar a disseminação de IST's, pois, na opinião das profissionais, a obrigação seria um problema e a discriminação só aumentariam por parte dos médicos e das pessoas que portarem sua carteira de trabalho. Neste caso preferem não ter seus direitos garantidos para evitar constrangimentos futuros.

Por fim, a criação de leis regulamentadoras passaria a servir de estímulos as mulheres entrarem comecem na vida da prostituição. Assim como as profissionais que são a favor da legalidade, essas mulheres também não tiveram acesso a estudos e sentem falta dessa oportunidade de adquirirem conhecimento.

Ambas as opiniões colocadas nesses debates possuem argumentos parecidos para a legalidade e sua ideia contrária. A necessidade de sobreviver e sustentar suas famílias as colocaram nessa situação; a falta de acesso a uma educação básica e de cursos profissionalizantes em outras áreas de atuação; pôr fim à falta de oportunidade de empregos, resumidas tanto na falta de técnica e também na discriminação sofrida por elas.

É imperativo salientar que, todas elas concordam que a prostituição é um trabalho, podendo ser passageiro ou não. A discordância aparece na visão situação social, ambas querem melhoria de vida, mas enquanto uma quer uma mudança de vida social, onde não precisasse passar por nenhum tipo de preconceito, a outra busca a partir da legalidade uma saída institucional dessa condição. Não cabe a este artigo dizer quem está certo ou errado e sim mostrar que a visão profissional sobre a prostituição existe tentativas de mudar o cenário da prostituição. A partir da profissionalização das prostitutas, seria possível dar diferentes alternativas às trabalhadoras, para que essas relações de poder pudessem ser mudadas.

Ao falar sobre as relações de trabalho e suas leis Thompson argumenta que as leis trabalhistas servem para a defesa de seus protegidos, porém ao mesmo tempo funcionam como um mecanismo de segurar a classe trabalhadora no seu lugar. Ele sugere que essas leis eram frequentemente insuficientes, principalmente porque eram moldadas pelos interesses das classes dominantes.

Para o autor, a legislação trabalhista não surgiu apenas como uma resposta às demandas dos trabalhadores, mas também como um meio de controle social. Ele destaca que, mesmo quando eram implementadas reformas, estas muitas vezes serviam para estabilizar o sistema econômico e proteger os interesses dos empregadores, mais do que efetivamente empoderar os trabalhadores ou melhorar suas condições de vida de forma significativa, fazendo um paralelo a profissão da prostituição, as leis apenas manteriam o mesmo funcionamento, que como argumentado, as leis seriam para proteger as pessoas que estavam utilizando daquele serviço do que propriamente o trabalhador.

Além disso, é observado que as leis trabalhistas frequentemente falharam em abordar as questões fundamentais de desigualdade e exploração. Em vez de proporcionar uma transformação real nas condições de trabalho e na relação entre capital e trabalho, muitas dessas leis acabaram por legitimar e perpetuar as estruturas de poder existentes.

Seguindo essa linha de pensamento, a legalidade da prostituição que para as mulheres seria uma fuga para a aceitação pública, viria a se tornar um problema futuro, pois toda a

segurança possibilitada pela legislação, acabaria por limitar a liberdade de trabalho dessas mulheres, então a luta não deve acabar com o alcance da legalidade.

A importância de um grupo para organizar essa classe surgiria como alternativa de segurança para combater as imposições dos superiores. A união dessas trabalhadoras serviria para o fortalecimento de questionamentos antes silenciados pela sociedade. Daí surge a ideia da criação de um grupo que pudesse defender seus interesses, a ASP.

Raras são as circunstâncias que as prostitutas entenderam que a legalidade junto com uma organização do trabalho era imprescindível para o crescimento de uma classe. Maria Candelária que nas memórias de Mellins, era “*Uma dançarina de circo que se desligou do balé, por aqui ficou atuando no Chantecler, Imperial, Bambu e em outras casas noturnas enfeitando os homens com a beleza e com lascívia.*” (p.150). Candelária sempre buscou formas de garantir sua independência financeira e fugir das inseguranças que a noite lhe passava.

Em entrevista dada à mesma afirma que “Sexo não compensa na previdência”, mostrando que para poder se aposentar a profissional do sexo da época deve buscar artifícios para buscar direitos comum de todo trabalhador. Para poder se aposentar, Candelária, que trabalha no ramo desde os 14 anos, contribui à previdência por meio de seus trabalhos como bailarina: “Pagos por alguém que não lhe exige nenhum favor especial além de suportar o peso da inflação em cima de seu orçamento doméstico- o governo.”.

Vivendo os abusos causados pela vida da prostituição, Candelária conseguiu algo que as prostitutas de sua época dificilmente conseguiram. Por consequência, ao saber do quadro de vida das profissionais, Candelária percebeu a importância de uma criação de uma organização capaz de oferecer essa capacitação e profissionalização das profissionais do sexo em Sergipe, “As prostitutas tem que aprender como se faz.” Disse a mesma durante a entrevista. Assim, Candelária realizou diversos trabalhos com a Associação Sergipana das prostitutas.

A Associação fundada em 1990, porém somente no ano de 1996 por meio de Diário Oficial o Governo do Estado de Sergipe reconhece a utilidade Pública da Associação por meio de lei Nº 3.774, tinha como principal trabalho a assistência para com as prostitutas de Sergipe, mesmo com sede em Aracaju. Seus principais trabalhos foram com ajuda do Ministério da Saúde na luta contra as IST 's.

As realizações de inúmeros programas de apoio às prostitutas, não eram os únicos trabalhos realizados pela Associação, trabalhos em escolas e com crianças vivendo em situação de rua, além de um combate direto contra a propagação das IST's entre as pessoas que não possuíam acesso a esse tipo de conscientização eram as atribuições que à ASP tomaram como responsabilidade. Educar sempre foi o foco delas, tanto na legitimação da profissão como na própria sociedade.

Falar sobre a aids e outras IST 's abre uma reflexão sobre como as representações sociais da AIDS incorporam metáforas sobre moralidade, contágio, punição e medo, evocando temas históricos como a peste e a sífilis. Também se discute a vulnerabilidade das mulheres à AIDS, as dificuldades de negociação de práticas seguras dentro das relações afetivas e os estigmas associados à doença. O surto da doença marginalizou ainda mais a profissão, na qual a culpa da propagação das doenças foi remetida às trabalhadoras. Entretanto em Sergipe, a Associação apresentava diversos trabalhos de conscientização.

Lutar contra a Aids foi sem dúvidas uma das maiores putas defendidas pela ASP, pois como as profissionais tinham como principal força de trabalho seu corpo, então era comum a presença de IST's, visto que o principal motivo pelo qual não se utilizavam os métodos contra a proliferação desta doença, o preservativo, partiam dos clientes que, por diversas vezes se recusam a usar, ou até mesmo mentiam sobre a utilização do mesmo. Então a ASP se via na obrigação de explicar os perigos de se contrair tal doença que durante os anos 90 estava em crescente na sociedade.

A ASP também trabalhava com voluntários, os chamados “Agentes multiplicadores” que tinham como ofício, visitar prostíbulo e realizar palestras a respeito do assunto. Estes Agentes, também fiscalizavam as situações de trabalho das profissionais a fim de descobrir qualquer irregularidade que o seu local de trabalho pudesse oferecer. Havia um levantamento de prostíbulos que existiam durante a década de 90, entretanto se perdeu em meio a documentação da Associação. Práticas de educação diversificada, em um ambiente nada convencional, apresentando o cotidiano das pessoas, foram as alternativas abraçadas pela ASP, para trazer os conhecimentos para as prostitutas, ou seja, com os trabalhos da Associação, em sua maioria foram feitos com base nas vivências das mesmas, pois uma educação adaptativa, aproxima as pessoas.

A profissionalização das prostitutas, vai além de apresentar conhecimentos técnicos de sua profissão, ou simplesmente uma busca incessante de mudança de vida. Falar sobre o

conhecimento, principalmente por essas mulheres, é mostrar uma saída da zona de conforto que a “difícil vida fácil” pode apresentar, ao estar inserido nessa realidade, as prostitutas se veem sem nenhuma opção profissional e pessoal de mudança, transparecer uma mínima observação como antes apresentado pela ASP, é evidenciar a importância da profissional como indivíduo, que sempre está em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Com o falecimento de sua presidente Candelária, a ASP cancelou suas atividades em 2006, não contendo mais nenhum registro sobre uma possível volta aos trabalhos. O legado deixado pela associação significa o confronto de uma classe contra os estigmas, marcação da sociedade. Apesar da legalidade da prostituição, atualmente as profissionais não detêm dos direitos trabalhistas que antes lutaram, porém houve uma mudança nas discussões das leis para a prostituição, focando mais nas prestadoras de serviço do que em combatê-las.

A formação da classe trabalhadora das prostitutas sergipanas, nasce num acúmulo de necessidades de um grupo, que, ao se ver presentes em debates políticos, cultura local, combates a doenças, educação da sociedade e mais do que tudo, luta pelos direitos de sua classe, comprovando que uma classe vem a partir de uma visão social e profissional do trabalho. Sendo assim, discussões sobre novas legislações para os novos empregos que surgem na sociedade, não precisam passar pelo mesmo ardor que esta classe, dita como a mais antiga do mundo, não sendo a mais antiga a se profissionalizar no mundo.

5. Considerações Finais

Ao decorrer do texto pode-se explorar acerca do tema uma grande complexidade, relacionando a prostituição à ideia de profissionalização e direitos trabalhistas. Através de uma perspectiva histórica e social, é possível compreender como a prostituição, uma das profissões mais antigas da humanidade, continua envolvida em debates sobre legalidade, direitos e marginalização.

Desde as origens da profissão, a prostituição esteve à margem da sociedade e ao adentrar em suas condições podemos notar a participação atuante das prostitutas nas relações sociais e políticas nas Pólis gregas. Tamanha importância sendo velada, impedindo o fortalecimento de um grupo de trabalhadoras desde seu nascimento.

No cenário onde as prostitutas em Sergipe, no contexto dos anos 1990, surge uma associação de segurança a classe através da Associação Sergipana das Prostitutas (ASP). A associação buscava não apenas lutar pelos direitos dessas mulheres, mas também promover

uma conscientização sobre questões de saúde, como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), e educar a sociedade sobre a importância de se reconhecer a prostituição como um trabalho e surgem com a ideia de uma profissionalização da classe.

No entanto, o texto ressalta as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras do sexo, principalmente em relação à falta de regulamentação da profissão. A prostituição, apesar de ser considerada um "mal necessário" por alguns setores da sociedade, continua à margem das discussões trabalhistas tradicionais. Muitas das trabalhadoras operam na ilegalidade, sem direitos trabalhistas, segurança social, ou reconhecimento formal. Essa marginalização é reforçada tanto por leis que tratam a profissão de maneira repressiva quanto por questões de moralidade social que dificultam a aceitação pública da prostituição como uma profissão legítima.

A formação da ASP surge como uma resposta a esse cenário de exclusão e desamparo. Inspirada por teorias como as de Edward Thompson, que discute a formação de uma classe trabalhadora através da experiência compartilhada e da luta por direitos, a associação buscava organizar essas mulheres como uma classe trabalhadora com interesses comuns e uma identidade coletiva. A ASP, portanto, representa não apenas uma luta por direitos trabalhistas, mas também uma tentativa de construção de identidade e dignidade para essas mulheres através do autoconhecimento.

Outro ponto é a reflexão sobre a dualidade de opiniões entre as próprias prostitutas. Alguns desejavam a regulamentação da profissão, na esperança de que isso trouxesse maior segurança e reconhecimento social. Outras, porém, relutavam em aceitar a legalização, temendo que a formalização apenas aumentasse o estigma e a vigilância sobre suas vidas, ou seja, o julgamento moral de seus costumes. Há uma concordância que a mudança de vida é uma opção válida porque muitas viam a prostituição como uma fase temporária, algo que elas queriam deixar para trás, em vez de formalizar como uma carreira de longo prazo.

Desenvolve-se a ideia de que, mesmo com todos os avanços promovidos pela ASP, a regulamentação da prostituição ainda enfrenta grandes barreiras sociais e institucionais. Embora as tentativas de profissionalização tenham trazido uma série de benefícios às trabalhadoras do sexo, como maior conscientização sobre seus direitos e condições de trabalho, a falta de uma legislação clara e o peso do preconceito continuam a impedir que essa profissionalização se concretize de forma plena. A luta por direitos das prostitutas em Sergipe,

deve ser vista como parte de uma luta mais ampla por reconhecimento e inclusão social de todos os trabalhadores que atuam em setores marginalizados e informais da economia.

Essa pesquisa evidencia como a prostituição é uma questão multifacetada, com enredo nas questões de moralidade, poder, gênero e trabalho. Ao focar na realidade sergipana, o debate mais profundo sobre a necessidade de regularizar profissões marginalizadas e garantir que todas as trabalhadoras, independentemente de seu campo de atuação, tenham acesso aos direitos básicos que deveriam ser garantidos a qualquer cidadão.

Destaca a importância de continuar discutindo e pesquisando a prostituição sob a ótica do trabalho e da dignidade humana. Novas produções devem surgir a fim de pôr à mostra como algumas relações de trabalhos são exploratórias e seus trabalhadores ficam à mercê de uma legislação que tende ao lado da injustiça. Um olhar para o desenvolvimento da prostituição em Sergipe também traria novos debates em futuras profissões, na medida em que o grande acervo da ASP for disponibilizado ao grande público, a voz de uma classe tão silenciada ao longo dos tempos terá a sua história e memória escutada.

Fontes

BRANDI, Cleomar. **Mulheres conquistam novos espaços.** Jornal da Cidade. Aracaju 08/03/1996, p1

MATTOS, Avellar. **Prostituta não quer Carteira de trabalho.** Jornal da cidade, Aracaju, 04/08/1997, P.11

VASCONCELOS, Elito. **Dura Vida Fácil.** Jornal Tribuna da Bahia, Salvador, 19/02/1990. p.9

A mulher que afronta a sociedade da época, Jornal da Cidade, Aracaju, 30/08/1989

Associação Recicla Agentes multiplicadores. Jornal da Cidade. Aracaju 13/08/1996. Coluna Brasil/local. p 8

Associação recicla pessoal para reduzir casos de DST na capital. Jornal Gazeta de Sergipe. 20/08/1996. p.05

ASP abre inscrições para cursos profissionalizantes. Jornal de Sergipe. Aracaju. 18/07/1996. p.6

ASP realiza campanha nos festejos. Jornal da Cidade. 26/06/1996. Coluna B. p.10

Camisinhas do governo são vendidas. Jornal da Cidade. Aracaju. 07/01/1998. p.9

Candelária, uma vida de Luta e Martírio. Jornal da Cidade. Aracaju. 30/09/1992. p.9

Candelária vai promover curso de Estética teste mês. Jornal da Cidade. Aracaju. 08/11/1989, p.5

No Beco dos Cocos ficavam muitos cabarés. Jornal de Sergipe. Aracaju. 09/1984. p.5

Lei 2.46/96. Diário Oficial do Município de Aracaju. Aracaju 16/12/1996. p.8

Lei 3774/96. Diário Oficial de Sergipe. Aracaju 20/09/1996

Presidente da associação faz alerta. Jornal Diário de Aracaju. Aracaju. 04/07/1987. p.3

Prostitutas querem a legalidade. Jornal da Cidade. Aracaju. 16/03/1993

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Ian Ravih Rollemberg de; SANTOS, Luzinete Rosa dos; AMORIM, Simone Silveira. *Educação e Transformação Social: configuração dos saberes de resistência na*

Associação Sergipana de Prostitutas. Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília,

2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/48762>.

Acessado em 30 de setembro de 2024.

ARAGÃO, Ian Ravih Rollemberg de; MESQUITA, Ilka Miglio de; SANTOS, Luzinete Rosa dos. *Práticas educativas na prostituição: experiências na Associação Sergipana de Prostitutas. Revista Tópicos Educacionais*, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672774364008/672774364008.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

BASSERMANN, Lujo. **História da Prostituição: Uma Interpretação Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 414 p.

BATALHA, Claudio H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003,

LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. 336 p.

MELINS, Murillo. **Aracaju Romântica que vi e vivi**. Aracaju: UNIT, 2007. 460 p.

_____. **Aracaju: Reminiscências e Devaneios**. Aracaju: J. Andrade, 2020. 460 p.

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e camadas populares reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson*. **Movimento**. Porto Alegre. Vol. 7, n. 14 (2001), p. 9-19. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/19483>

RAGO, M. **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SANTOS, L. rosa dos santos rosa. (2021). *A PEDAGOGIA DECOLONIAL DA PROSTITUIÇÃO FEMININA: AS EXPERIÊNCIAS DE CANDELÁRIA NA ASP*. **Encontro Internacional De Formação De Professores E Fórum Permanente de Inovação Educacional**, 1(12). Recuperado de <https://eventosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/enfope/article/view/15353>

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa (Vol. 1)**. 12°. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 256 p. v. 1.

_____. **A formação da classe operária inglesa (Vol. 2).** 12°. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 456p. v. 2.

_____. **A formação da classe operária inglesa (Vol. 3).** 12°. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 624 p. v. 3.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Amor e Sexo na Grécia antiga.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007